

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br








DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)	
Márcia Janete Espig	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
Mônica Grandó	
Jane Suzete Valter	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082	
CAPÍTULO 3	24
A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI	
Cleber Duarte Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083	
CAPÍTULO 4	33
A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Emanuelle Alves de Medeiros	
Eduardo do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084	
CAPÍTULO 5	44
COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR	
Cléria Maria de Melo	
Bruna Aparecida Alves da Silva	
Mariane Félix da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085	
CAPÍTULO 6	56
CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU	
Anderson José Antonietti	
Mário Cesar Sedrez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086	
CAPÍTULO 7	69
CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO	
Rita Inês Petrykowski Peixe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087	

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA


Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA


João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE


Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos


Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos


Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO


Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA


Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR


Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA


Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO


Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Data de aceite: 23/07/2021

Marcia Chmura

Acadêmica do Curso de Geografia,
Universidade Estadual do Paraná UNESPAR

Diane Daniela Gemelli

Professora Adjunta do Curso de Geografia,
Universidade Estadual do Paraná UNESPAR
União da Vitória

RESUMO: Buscamos a compreensão do território construído a partir do processo de expansão geográfica do capital e, portanto, das relações de poder que se assentam em relações dialéticas, isto é, na manifestação territorial de conflitos/disputas e nas resistências ou r-existências tecidas pelos sujeitos sociais. Inicialmente, apresentamos um breve debate sobre o conceito de território na ciência geográfica e na sequência discutimos as tensões de territorialidades que se erguem no Contestado, sobretudo, a partir do processo de expansão das relações de produção capitalistas. Discutimos os elementos das territorialidades que dão sentido ao modo de vida caboclo e aquelas próprias do sistema do capital. Por fim, indicamos que os processos hegemônicos não se estabelecem sem lutas, resistências e r-existências. Deste modo, o fazer territorial se assenta em conflitos e disputas que se estabelecem a partir de diferentes e contraditórias relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: território, territorialidades, Contestado.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo objetivamos refletir a respeito de alguns elementos teóricos que dão sentido ao conceito de território na ciência geográfica. Com isso, esperamos trazer à luz a abstração que dá sentido à concretude dos processos de formação territorial no Contestado e que se desdobram em tensões de territorialidades. Já adiantamos que não faremos uma revisão bibliográfica profunda sobre o debate teórico-conceitual, de modo que não é nossa intenção apresentar tudo aquilo que foi construído ao longo do tempo em torno do conceito de território e da polissemia de interpretações existentes. Dito isso, deixamos demarcado nosso ponto de partida para que o/a leitor/a acompanhe o movimento do nosso pensamento, qual seja, a compreensão do território construído a partir do processo de expansão geográfica do capital e, portanto, das relações de poder que se assentam em relações dialéticas, isto é, na manifestação territorial de conflitos/disputas e nas resistências ou r-existências tecidas pelos sujeitos sociais.

Assim, se faz necessária ampliar a compreensão do território, para além de uma mera delimitação, longe apenas do estatuto político-administrativo. O território é, portanto, contradição e movimento, temporalidade e territorialidade, apropriação e dominação. Em vista disso, o território não é palco, cenário,

suporte, limite. O território é condição e imperativo para a existência social, ao mesmo tempo em que é produzido e transformado por relações sociais de poder.

21 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este texto foi construído tendo por base os processos metodológicos traçados no projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”. Os passos metodológicos se assentam em metodologias qualitativas, envolvendo levantamento bibliográfico, trabalhos de campo e realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Estruturamos a condução teórico-metodológica com a intenção de analisar a formação territorial do Contestado em três eixos de investigativos, sendo: a) os processos de expansão capitalista; b) os conflitos territoriais; c) a construção de resistências. Portanto, partimos do entendimento de que a compreensão da formação do território passa pela dialética de três elementos que se atravessam e que possuem expressão geográfica: relações de poder – conflitos – resistências. Na sequência apresentamos um esquema explicativo que mostra a combinação contraditória (atravessamento) destes processos sociais e que serão discutidos no decorrer do texto, ainda que seja uma análise em construção.

Organizamos este texto em duas partes. A primeira, busca trazer o debate teórico sobre o conceito de território com a intenção de apresentar o debate que sustenta a compreensão dos processos de formação do territorial do Contestado, que serão mais bem discutidos na segunda parte, quando nos debruçamos sobre a análise das tensões de territorialidades.

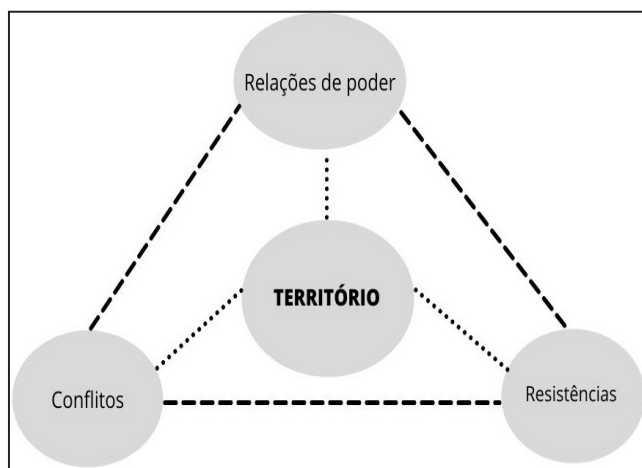


Figura 1. Território: o fazer teórico-metodológico da pesquisa.

Fonte: Gemelli (2021).

3 I ALGUNS ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE TERRITÓRIO

A primeira consideração que se faz necessária diz respeito ao entendimento de que espaço geográfico e território não são sinônimos, embora o território esteja contido no espaço. Assim, de acordo com Raffestin (1993) o espaço é a realidade inicial dada, isto é “o espaço é a categoria da ordem, e o território é sua materialidade” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 45), de modo que “usa-se a categoria do espaço quando se quer atingir a compreensão do todo, e usa-se a categoria do território quando se quer apreender um ponto singular do todo” (MOREIRA, 2016, p. 211).

Nesse sentido, Moreira (2016, p. 214) pondera que “toda análise territorial é por princípio uma análise espacial”. No entanto, para o autor, a compreensão do espaço geográfico parte da análise estrutural enquanto o território assenta-se na análise conjuntural. Assim, o autor apresenta o debate sobre estrutura e conjuntura, dizendo que,

[...] entende-se por estrutura o conjunto dos fundamentos centrais de um ente total, como uma sociedade, uma formação espacial ou uma temporalidade da história; por conjuntura, entende-se a manifestação momento a momento do modo existencial da estrutura. [...] Isto significa que toda análise de conjuntura implica ir aos fundamentos seminais da estrutura que reflete, já que toda conjuntura é conjuntura de uma estrutura (MOREIRA, 2016, p. 214).

Portanto, o debate sobre o território que apresentamos neste texto se vincula à análise conjuntural do Contestado que se estabelece a partir de uma condição estrutural, qual seja o processo de expansão das relações de poder e de produção capitalistas. Com isso, “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território” (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Para Calabi e Indovina (1973, p. 01) “a organização do território não é um prius, mas deriva do capital e do seu processo” e, em vista disso, se fundamenta nas leis gerais de funcionamento do modo de produção e de suas contradições inerentes, quais sejam, a reprodução constantemente ampliada do capital, o processo de separação trabalhadores/as x meios de produção, o conflito capital x trabalho e o monopólio da terra a partir da constituição da propriedade privada. Moreira (2016, p. 217) também adverte que “o espaço e o território são, antes de tudo, um complexo de localizações”, esse entendimento é importante pois comporta a manifestação da totalidade a partir da relação entre universalidade e singularidade, de modo que “ler o território é ler, assim, o espaço a partir das singularidades locacionais de referência” (MOREIRA, 2016, p. 217).

As singularidades que dão sentido ao território precisam ser consideradas como algo em movimento no tempo-espaço e à luz dos grupos sociais que a instituem. Sendo assim, “os territórios não são substâncias a-históricas e que são sempre inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161). Dito isso, compartilhamos do entendimento do autor ao

afirmar que sociedade e território são indissociáveis.

É recorrente na literatura que o elo entre sociedade e território se dá por meio das territorialidades tecidas por relações de poder. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 179) “os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam”. Nesse sentido, de acordo com Raffestin (1993) compreende-se que o território se forma a partir do espaço e ganha sentido por meio de processo de apropriação/produção, isso é, quando os atores/ sujeitos territorializam o espaço, para o autor o território se torna um local de relações que se “inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), de modo que,

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que estabelece, os dois polos fazem face ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. [...] O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Raffestin (1993) indica a existência do “Poder” e do “poder”, um com inicial maiúscula que deriva das ações e da soberania do Estado que se manifestam “por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. “É o poder visível, maciço, identificável” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Neste caso, trata-se da vertente, política ou jurídico-política, apontada por Haesbaert (2004, p. 91), a primeira refere-se “às relações espaço-poder em geral”, enquanto a segunda diz respeito “às relações espaço-poder institucionalizadas”.

Já o poder com inicial minúscula “é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52), de modo que “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Esta concepção se aproxima da vertente cultural, apontada por Haesbaert (2004, p. 91), quando o “território, é visto, sobretudo, como o produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” e também da vertente econômica, isto é “o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 91).

Entendemos que embora as contribuições de Haesbaert (2004) sejam relevantes para o debate, não é possível, ao menos para o estudo em questão, separar as dimensões cultural e econômica, como se fossem momentos estanques do fazer social e da abordagem territorial. Deste modo, compreendemos que o território se constitui e é constituído pela totalidade das relações sociais e pelo sentido de disputa/conflitos estabelecidos entre as diferentes formas de apropriação e de dominação e, portanto, de manifestação das relações de poder. Sendo assim, o território “é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Nessa perspectiva, Raffestin (1993) associa o território a ideia de trunfo, de vantagem, de possibilidade. De modo que o território é prerrogativa para a

existência social e para a manifestação das diferentes, complexas e contraditórias relações de poder. O território, “é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59-60).

Haesbaert (2007) também assevera que sob qualquer acepção o território precisa ser analisado vinculado ao poder, conforme pondera o autor não se trata necessariamente do “poder político”, mas do poder enquanto manifestação implícita de práticas de dominação e, portanto, vinculadas ao valor de troca, ou ainda do poder enquanto significado de apropriação, marcado pelo valor de uso e pelas marcas do processo de existência social. Como o próprio Haesbaert (2004, p. 102) indica, “o poder não é um objeto ou coisa, mas uma relação, e que esta relação, ainda que desigual, não tem um ‘centro’ unitário de onde emana o poder”. Nesse contexto é proeminente avançar no debate no sentido de compreender o território enquanto totalidade concreta, movimento contraditório. O território não é palco, não é suporte, não é mera base física.

O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação - territorialização enseja identidades - territorialidades que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial. [...] Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230).

Entender o território como condição de existência material e de apropriação social é central para a análise dos processos que conformam o Contestado e que provocam “tensões de territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2002). Dessa maneira, evidencia-se as contradições do movimento da sociedade e do modo de produção, à medida que o processo de expansão das relações de produção capitalistas coloca uma lógica de existência territorial como superior às demais, condição que denota nas territorialidades em conflito e que se manifestam na forma como grupos com diferentes territorialidades se apropriam da natureza, da terra e como estabelecem as relações sociais.

Embora o autor mencionado pareça colocar num primeiro plano a dimensão material do território, afirma “que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230). Daí reforçamos a necessidade de compreensão do território enquanto totalidade, sem necessidade de reforçar a todo momento os aspectos materiais ou imateriais, até porque, por certo, estes não se separam de forma estanque, ao contrário, são condição de existência do todo e, portanto, dão sentido, significado e existência real ao território.

Assim, é importante recuperar o raciocínio de Haesbaert (2007, p. 21) à luz das

contribuições de Lefebvre, ao relatar que “enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo”, isto é, enquanto condição de existência o território é apropriado por diferentes grupos sociais que tecem suas territorialidades numa relação dialética que é, por certo, relacional e temporal.

[...] o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais [...] de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material [...] o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou fronteira. [...] Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade (HAESBAERT, 2004, p. 101).

Diante da abordagem relacional do território na qual se inserem as relações e os processos sociais, as diferentes manifestações do poder e a dimensão temporal, acreditamos que a territorialidade expressa tais dimensões e dá sentido real ao território, ao passo que “pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Assim, não existe território sem territorialidade, de modo que “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

As territorialidades e, portanto, o território se explica por aquilo que contém, ou seja, por um conjunto de relações marcadas pelo valor de uso ou pelo valor de troca, por processos de apropriação ou de dominação, pela condição de existência social ou como recurso para a acumulação de capital.

Haesbaert (2007) atesta que o território enquanto valor de uso, múltiplo, diverso e complexo assume uma perspectiva unifuncional quando ordenado pela lógica capitalista hegemônica e, portanto, pela produção de valores de troca. Não se trata de um território homogêneo do ponto de vista da sua forma, mas uma busca pela uniformização das relações, dos processos e dos significados do fazer territorial atribuídos ao movimento expansivo capital, à produção de valores de troca, ao território enquanto trunfo para a reprodução ampliada do capital e a sociedade transformada em força de trabalho. No entanto, ainda que exista um processo hegemônico de manifestação das relações de poder, Haesbaert (2007) nos lembra que o território é conformado pela multiplicidade de poderes provenientes dos múltiplos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, Santos (2000) refere-se ao território enquanto recurso (sujeitos hegemônicos) e ao território como abrigo (sujeitos hegemonzados).

Assim, “valor de uso e valor de troca não podem ser equivalentes” (RAFFESTIN, 1993, p. 34), e é destas diferentes valorações que decorrem as tensões, os conflitos e as disputas. Portanto, o território é formado no tempo-espaço por relações de poder que decorrem dos processos hegemônicos e por aquelas que provêm das lutas de resistência

ou de r-existência, para tratar de um termo cunhado por Porto-Gonçalves (2006, p. 165) que representa “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas”.

4 I AS TENSÕES DE TERRITORIALIDADES, O MODO DE VIDA CABOCLO E A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL

As tensões de territorialidades se apresentam no Contestado de forma mais representativa quando do estabelecimento de conflitos territoriais entre territorialidades com componentes valorativos antagônicos. Trata-se, sobremaneira daquilo que compõe, de um lado, o modo de vida caboclo e, de outro, a expansão geográfica do capital. Deste modo, entendemos que diante do fazer das relações de produção capitalistas os conflitos territoriais se constituem enquanto produto e resultado das tensões estabelecidas pela lógica da luta de classes e pelas diferentes racionalidades econômicas expressas nas incompatíveis concepções, por exemplo, dos modos de vida e do capital. Sendo assim, o território se conforma no encontro entre os conflitos e as resistências ou r-existências que se constitui tendo como centralidade as disputas envolvendo o controle da terra-território. Para tratarmos do modo de vida caboclo precisamos nos referir a pelo menos quatro elementos que formam a territorialidade cabocla no Contestado, trata-se da natureza, da terra, do trabalho e da devoção a São João Maria. Como já indicamos anteriormente é fundamental que a análise se dê enquanto totalidade e não na condição de coisas que se manifestam em separado.

Dito isso, entendemos que o modo de vida caboclo representa uma forma de ser e existir no mundo, permeada por relações sociais e de poder constitutivas de valores de uso e que, portanto, possuem expressão territorial por meio da manifestação das territorialidades. Deste modo, é no acesso à natureza (terra-floresta) que se garante a reprodução das relações de trabalho enquanto dimensão concreta da existência social e a devoção a São João Maria se revela enquanto parte desta totalidade, à medida que é um elemento basilar do entendimento do lugar social que a população cabocla ocupava e, até mesmo, de uma leitura e consciência de classe que colocava o acesso à terra-território como condição elementar para a existência e produção da territorialidade cabocla.

Deste modo, em Gemelli (2018) indicamos que a natureza não é mera base geográfica, mas é condição concreta da produção social do território e da existência social dos homens e das mulheres. Para tanto, é fundamental que o conceito de natureza seja ampliado, para que seja compreendido a partir das diferentes relações sociais de poder que se estabelecem temporalmente e que são constitutivas de saberes e epistemes.

Impossível não refletir sobre o mundo caboclo e os sistemas de saber por eles estabelecidos, para fazerem da floresta seu modo de existência. Os alimentos, sobretudo o pinhão, para o consumo humano e de animais, a

colheita e beneficiamento da erva-mate para preparar o mate, bebida que ajudava a aquecer e suportar o frio do planalto no inverno, a madeira que servia para a construção das casas e dos paióis, a lenha e a grimpá/sapé utilizadas para o preparo do fogo, e ainda a fertilidade do solo assegurada pela dinâmica da floresta (GEMELLI, 2018, p. 162).

Diante disso, o modo de vida, a sociabilidade, a existência e, portanto, a territorialidade de caboclos e caboclas dependia da natureza, isto é, da floresta em pé e de tudo aquilo que poderia fornecer. Com isso, a territorialidade cabocla se mostrava incompatível com a territorialidade capitalista, expressa no projeto de exploração madeireira e na apropriação privada da terra implantado pela *Lumber* em coaduno com o Estado brasileiro.

Assim, para a territorialidade cabocla a natureza é extensão das relações sociais que constroem e que garantem a existência social a partir do trabalho e da relação com a terra, ao passo que para a territorialidade capitalista a natureza é vista como recurso, potencial econômico e de mercado, meio de produção a ser dominado por determinados grupos sociais enquanto se nega o acesso a outros. Com isso, respectivamente, o valor de uso e o valor de troca dão sentido às territorialidades ao passo que configuram o território.

Gallo (1999), apresenta os aspectos que consideramos elementares ao modo de vida caboclo e, portanto, à territorialidade cabocla, indica que é regulado por valores que se sustentam no sistema de trabalho comunitário, que gera regras de convívio social caracterizadas pelas noções de justiça e solidariedade, permeadas por conteúdos religiosos.

O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpá, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense (FRAGA, 2016, p. 38).

Tendo em vista as contribuições dos autores que tratam dos componentes valorativos do modo de vida caboclo, em Gemelli (2018) indicamos que a roça cabocla sintetiza o fundamento da territorialidade da cabocla. Assim, destacamos alguns elementos que se configuram em torno da roça cabocla, tais como, os significados da terra e do trabalho, a produção e o abastecimento de alimentos destinados ao autoconsumo das famílias, da comunidade e à comercialização, a roça que não se separa da criação de animais, muitos deles, como porcos e galinhas criados à solta e que compunham a base da alimentação da população. Além disso, destaca-se a sociabilidade e os laços comunitários construídos a partir do trabalho coletivo, da ajuda mútua e dos mutirões organizados com a colaboração

dos vizinhos.

Nessa combinação de elementos a roça cabocla representava a negação à degradação do trabalho e ao monopólio privado da terra, ou seja, ao trabalho e a terra enquanto valores de troca impostos pela racionalidade da expansão geográfica do capital. Sobre os componentes valorativos da roça cabocla destaca-se a contribuição da sequência.

Em parte alguma da área, devido ao rigor do clima, se plantava mandioca, arroz ou banana. [...] O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia. Semeia-se em outubro, com o auxílio de chuços que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem providos de uma ponta de ferro. Em terrenos virgens ou muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro, pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o feijão verdadeiro. A colheita do milho principia em maio, embora só a façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar a geada, depois não ficam sujeitas a gorgulho. Além disto, nem toda gente dispões de paiol bastante. Vai-se tirando do pé à medida das necessidades (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 28-29).

Ao tratar dos cuidados necessários com o preparo da roça, Vinhas de Queiroz (1996) destaca a importância do *pixuru* ou *puxirão*, “que se configura como definidor do trabalho enquanto valor de uso” (GEMELLI, 2018, p. 188).

Os trabalhos da roçada costumam-se fazer por volta de junho, - o que tem o inconveniente de coincidir com a época mais própria para o corte do mate, porém é o tempo melhor para abater a floresta. Se se trata de uma tarefa abrumadora para um homem só, acontece ao sertanejo de Serra-Acima recorrer, como noutras partes do Brasil, ao trabalho amigo e voluntário dos vizinhos. O auxílio aqui se denomina *pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa como dois alqueires de mata. Deixam de pé as árvores maiores, depois, só no mês de agosto é que se toca fogo em tudo. Setembro se trabalha na enxada, e o chão fica disposto para a semeadura próxima (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 30-31).

“O ato de trabalhar, para os caboclos e às caboclas, era um momento de ajuda, de risadas e cantorias” (GEMELLI, 2018, p. 188), de modo que adquire centralidade “o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, o qual muito mais do que uma reunião de trabalho, era o elemento fundamental de um ambiente complexo, racional e demarcado pela solidariedade e pelo igualitarismo” (TOMPOROSKI, 2013, p. 67-68). Nesse contexto, a religiosidade não se separa dos demais elementos do modo de vida e das territorialidades caboclas. Auras (2001, p. 47) se refere a práxis religiosa enquanto “possibilidade concreta pela qual o rebelde de Serra Acima, poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor”. Para a autora o discurso proveniente desta representação religiosa dava conta de explicar as relações sociais nas quais se inseriam o mundo caboclo e aquilo que chamamos de tensões de territorialidades.

Os caboclos e as caboclas, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelos abusos que sofriam, uniram-se na crença do catolicismo popular, aderindo às pregações do monge São José Maria, que os incentivou a lutar pelos seus direitos – a fé inabalável se constituiu como fator de coesão popular camponesa que os manteve em guerra civil durante quatro anos (FRAGA, 2016, p. 32).

A ruptura das territorialidades caboclas se dá com a expansão das relações sociais e territorialidades próprias ou que compõe a racionalidade contraditória do modo de produção capitalista, de modo que “a crescente importância econômica da terra exigiu o avanço da institucionalização da propriedade privada. Nesse processo, não havia lugar para o caboclo-posseiro” (AURAS, 1991, p. 227). Fraga (2006) indica o rompimento do mundo de livre como sendo o embate ou a as tensões de territorialidades que se manifestam no Contestado. Com isso, o ponto de inflexão ou a mudança de sentido se dá com

[...] o rompimento do mundo livre do período colonial e imperial (a terra e a vida) para um mundo de controle social e espacial em conformidade com a nascente República Federativa do Brasil. Diferentemente do século XIX, o XX marcará o advento da República e dos donos da(s) terra(s), que estabelecerão controle, imposto pelo poder político de então, exercendo um domínio regional que teve por base ideias “de fora” e modernas (FRAGA, 2006, p 27-28).

Os processos territoriais que provocam as tensões de territorialidades envolvem a construção de uma ferrovia que passou a ligar Itararé (SP) à Santa Maria da Boca do Monte (RS). Para viabilizar a construção desse eixo ferroviário o governo brasileiro concedeu à empresa que adquiriu o direito de construção, *Brazil Railway Company*, 15 quilômetros de terras para cada lado da linha tronco, dando o direito da exploração da erva-mate e dos pinheirais nativos, seguindo-se com a venda de lotes/colônias a imigrantes europeus.

Para se apropriar do potencial de mercado dos maciços florestais existentes, a *Brazil Railway Company*, comandada pelo Grupo do norte-americano Percival Farquhar, cria uma empresa acionária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que instala madeireiras/serrarias onde hoje são os municípios catarinenses de Três Barras e Calmon e, como lembra Vinhas de Queiroz (1966), a partir de 1915, organiza em lotes e começa a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que deles tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários, que em grande medida era a população cabocla que há gerações habitava o território Contestado.

Para se estabelecer a Lumber precisou de terras vazias, e estas terras não eram um “sertão inabitado”, como se propalava. Construída a ferrovia, era preciso retirar das terras concedidas ao Grupo Farquhar, homens e mulheres que nelas viviam há décadas. Para isso, a Lumber constituiu o que foi denominado de “Corpo de Segurança”, que teve um papel decisivo na expulsão/desterreamento dos caboclos e das caboclas que habitavam as terras concedidas, enquanto parte do pagamento pela construção da ferrovia. A empresa ainda exerceu papel importante no processo de limpeza étnica, que continuou no pós-guerra com as ações dos “esquadrões da morte”,

consistindo na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela incorporação do imigrante europeu (GEMELLI, 2018, p. 107).

As tensões de territorialidades apresentam seu ápice no deflagrar da Guerra do Contestado (1912-1916), que resultou na afirmação das territorialidades hegemônicas em detrimento a quase eliminação do povo caboclo, ainda que isso não tenha se dado sem lutas, resistências, r-existências e algumas vitórias da população cabocla durante os quatro anos do conflito com o Exército brasileiro. Assim, as terras onde se estabeleciam a reprodução do modo de vida e as territorialidades caboclas passam a ter outro componente valorativo associado aos objetivos da reprodução ampliada do capital.

No pós-guerra, a expressão territorial das territorialidades capitalistas se materializa na terra enquanto monopólio/direito exclusivo de alguns sujeitos/empresas, no trabalho enquanto significado do valor de troca, e, portanto, na separação homem/mulher-natureza que indica a ruptura entre trabalho concreto e meios de produção e entre terra-território enquanto centralidade para a existência social da população cabocla. Deste modo, as tensões de territorialidades resultam naquilo que Gemelli (2018, p. 26) entende como processo de degradação da natureza e do trabalho “enquanto premissa da (com)formação territorial do Contestado [...] elemento/fenômeno do movimento sociometabólico da expansão geográfica do capital no Território Contestado”.

Ao passo que a terra é regulada por outros preceitos, ou seja, pela propriedade privada, pelo direito jurídico e não pelo sentido da vida, se estabelece o significado da degradação da natureza e do trabalho no Contestado, que, portanto, não se caracteriza como um fenômeno recente, tão pouco dissociado, ou seja, a apropriação capitalista da natureza provoca também a apropriação do trabalho enquanto mercadoria, de modo, que a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato ocorre associada à degradação da natureza por meio da terra mercadificada (GEMELLI, 2018, p 28-29).

Portanto, entendemos que as transformações territoriais que ocorrem no Contestado, com mais ênfase, a partir dos processos que provocam a Guerra do Contestado, fazem parte de um contexto mais amplo que tem por objetivo a expansão geográfica do capital. O fundamento que está na centralidade destes processos é o controle da terra-território, a partir de diferentes configurações do mundo vivido que adquirem sentido e significado embasados nas territorialidades de apropriação ou de dominação.

Deste modo, tais processos não ficam restritos à Guerra. Ao passo que são desdobramentos da universalidade das relações de produção capitalistas se estendem ao longo do tempo-espço, no pós-guerra e na atualidade. Com isso, queremos dizer que o território Contestado passou e tem passado por transformações, por disputas e por conflitos que contribuem para explicar sua formação a partir do estabelecimento das territorialidades e das tensões existentes que são dadas pelos contraditórios elementos valorativos.

Dito isso, podemos indicar que um elemento importante que tem levado a transformação do território Contestado e o estabelecimento de tensões de territorialidades

tem sido a territorialização e expansão das monoculturas, especialmente das florestas artificiais de pinus. O fundamento permanece centrado nas disputas pelo controle da terra-território, que se desdobra na concentração fundiária, na negação à terra-território para um conjunto de sujeitos sociais e na impossibilidade de estes reproduzirem seus modos de vida.

Em contrapartida, nenhum processo se faz hegemônico sem tensões. As lutas, resistências e r-existências continuam, contraditoriamente, explicando o fazer territorial no Contestado. Há outras configurações territoriais possíveis, como aquelas tecidas por sujeitos sociais, homens e mulheres, que lutaram e lutam por um pedaço de terra e que se organizaram e organizam em acampamentos e assentamentos de reforma agrária ou ainda aquelas construídas pelo campesinato ou por demais grupos sociais que se reconhecem como povos e comunidades tradicionais e que veem na terra um fundamento para manutenção da vida em suas múltiplas dimensões, para a produção de alimentos e para a existência social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo nos propusemos em debater alguns elementos que envolvem a formação territorial do Contestado, para tanto apresentamos nosso entendimento sobre o conceito território, vinculado à dialética das relações de poder que se manifestam em conflitos e processos de resistência. O território é um todo em movimento, sendo a expressão da sociedade em movimento e dos constantes embates no estabelecimento de territorialidades e de processos de territorialização.

Diante disso, a dimensão temporal se mostra essencial para a análise e compreensão da formação territorial, que é algo sempre em construção a partir das manifestações das relações de poder, entendidas a partir das contribuições de Porto-Gonçalves (2006) naquilo que denomina de “tensões de territorialidades”. Nesse sentido, apresentamos alguns contornos da territorialidade cabocla e da territorialidade do capital, destacando os elementos valorativos contraditórios e que se expressam, respectivamente, nos sentidos e significados territoriais do valor de uso e do valor de troca, sobretudo, naquilo que concerne a apropriação ou dominação da terra-território.

Entendemos que as tensões de territorialidades se apresentam, sobremaneira, no Contestado a partir da ruptura do modo de vida da população cabocla ocasionado por um conjunto de processos vinculados à ordem hegemônica do capital e que se manifestam na expansão geográfica das relações de produção capitalistas que denotam ao início do século XX, tais como: a construção de um eixo ferroviário, a concessão das terras de posse à exploração madeireira e aos projetos de colonização e a expulsão da população cabocla da terra-território. Estes processos levaram a eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916), provocando profunda transformação territorial e a quase eliminação da população cabocla.

As tensões de territorialidades atravessam as diferentes transformações territoriais que se manifestam no Contestado no pós-guerra e na atualidade. Os conflitos por terra-território permanecem e as expressões das diferentes territorialidades continuam conformando o fazer territorial. Ainda que existam processos hegemônicos em torno da dominação da terra, dialeticamente também comparecem as resistências tecidas pelos sujeitos sociais que herdaram o modo de vida dos caboclos e das caboclas e que veem na terra-território uma condição de existência social e de reprodução do modo de vida marcado pela relação sociedade-natureza cheia de sentidos e significados no que diz respeito à vida em suas múltiplas determinações e às dinâmicas socioeconômicas e socioculturais.

Por fim, enfatizamos que estas reflexões são parte de um projeto de pesquisa que se propõe em compreender o processo de formação territorial do Contestado a partir do descortinamento dos processos de expansão capitalista, dos conflitos territoriais e da construção de resistências. Assim, outras reflexões devem se somar à essa para que possamos compreender a formação do território Contestado enquanto totalidade contraditória da manifestação das relações sociais de poder no tempo-espaço.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária (FA) pelo financiamento destiando à execução do projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”, submetido ao Edital: CP 20/2018 PPP - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), Chamada Pública 20/2018, e firmado no Convênio 058/2020 - FA/Unespar.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense**: da Guerra dos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

CALABI, Donatella.; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**. Veneza, anno IV, n. 2, junho 1973. (Mimeografado)

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. In. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (org.). **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer Geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”**: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: Ribas, Alexandre Domingues; Sposito, Eliseu; Saquet, Marco Aurélio (Org.). **Territórios e Desenvolvimento**: Diferentes Abordagens. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ana Esther Ceceña; Emir Sader. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002,

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso. 2006. p. 151-197.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Anais XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos. (Tese de Livre Docência em Geografia do Trabalho). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

